

UFRJ/IEI
TD351

043925-8

TEXTO PARA DISCUSSÃO

SÉRIE TEXTOS PARA DISCUSSÃO
Nº 351

- 1 - TULIPAS, MOEDAS E REFORMAS
(3 MESES DO GOV. FHC)
- 2 - QUE HORAS SÃO?
(6 MESES DO GOV. FHC)
- 3 - EM BUSCA DO DISSENSO
PERDIDO

JOSÉ LUÍS FIORI*

DEZEMBRO DE 1995

Instituto de Economia Industrial
Universidade Federal do Rio de Janeiro

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL**

SÉRIE TEXTOS PARA DISCUSSÃO - Nº 351

1 - TULIPAS, MOEDAS E REFORMAS (3 MESES DO GOV. FHC)

2 - QUE HORAS SÃO? (6 MESES DO GOV. FHC)

3 - EM BUSCA DO DISSENSO PERDIDO

DEZEMBRO DE 1995

JOSÉ LUÍS FIORI*



43 - 016782

* Cientista Político, Professor Titular das Universidades Federal e Estadual do Rio de Janeiro

Reitor da UFRJ: Prof. Paulo Alcântara Gomes
Decano do CCJE: Prof. José Antônio Ortega
Diretor do Instituto de Economia: Prof. José Ricardo Tauile
Coordenador de publicações: Prof. David Kupfer
Supervisão: Gláucia Aguiar
Projeto gráfico: Gláucia Aguiar
Editoração: Jorge Amaro
Revisão: Beatriz Alentejano
Impressão: Célio de Almeida Mentor *111 98285*

Luiz Jorge de Araujo *Goes*
Olávio da Silva *Inacio*

FEA - UFRJ
BIBLIOTECA
Data: *25/01/96*
N.º Registro: *043925-8*

FICHA CATALOGRÁFICA

FIORI, Jose Luís

S
UFRJ/IEI
TD 351

Tulipas, moedas e reformas: Três meses do governo FHC. / Jose Luís Fiori. -- Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1995.

30 p; 21cm -- (Textos para Discussão. IEI/UFRJ; n°351)

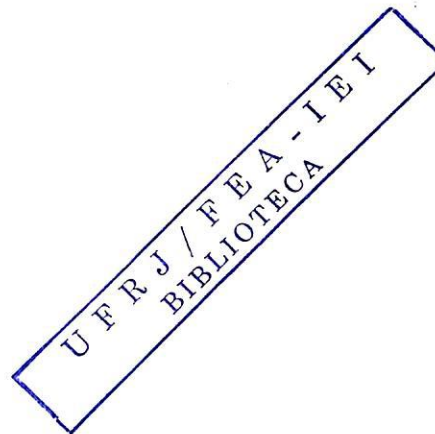
Conteúdo: "Que horas são?" e "Em busca do dissenso perdido" do mesmo autor

Bibliografia: p. 29

1. Conjuntura Política - América Latina. 2. Cardoso, Fernando Henrique. 3. Política Econômica. I. Título. II. Série.

SUMÁRIO

TULIPAS, MOEDAS E REFORMAS(3 MESES DO GOVERNO FHC)	5
QUE HORAS SÃO? (6 MESES DO GOVERNO FHC)	11
EM BUSCA DO DISSENSO PERDIDO	17
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	29



TULIPAS, MOEDAS E REFORMAS
(3 MESES DO GOVERNO FHC)**

John Galbraith publicou em 1990 um pequeno livro*, extremamente interessante, sobre a forma invariável que assumem a euforia e o pânico nos ciclos de especulação financeira que se sucedem na história do capitalismo, desde 1630, na Holanda, quando o surpreendente objeto da valorização foi nada mais nada menos do que uma flor, a tulipa. A anatomia desse acontecimento pioneiro permitiu a Galbraith desvelar as características que acompanharam, a partir de então, todas as demais crises financeiras, até a que culminou no México em 1994. Em todos os casos o sucesso da escalada especulativa escudou-se na criação de uma dívida garantida por algum tipo de "âncora" na qual um número crescente de pessoas acredita durante algum tempo, exista ela ou não na forma de bens tangíveis. Crença massiva que atribuiu, invariavelmente, à genialidade de alguns jovens financistas: capacidade de criar riqueza de forma rápida e duradoura. Na hora do sucesso, como ele pode ver, a euforia autoprotegeu-se, sempre, acusando os críticos de catastrofistas. Na hora da crise e do pânico, entretanto, os gênios desapareceram, os críticos foram esquecidos e encontrou-se, invariavelmente, algum responsável, externo aos mercados, pela desgraça coletiva. Além disso, em algumas culturas mais estóicas, alguns tolos acabaram se suicidando.

Todos os obstáculos, mesmo os de natureza política aos quais alguns atribuem hoje as dificuldades que abalaram, depois da crise mexicana, a euforia do Real, foram gerados por ele próprio. São produtos de sua própria engenhosidade. Afinal, sua originalidade histórica principal não está no fato

* A Short History of Financial Euphoria

** Publicado na Folha de São Paulo do dia 5/5/95.

de que fez da própria moeda, e simultaneamente o objeto de uma euforia financeira e consumista, mas no fato de que a indução da euforia produziu um resultado fora do mercado absolutamente original: o apoio eleitoral majoritário da população brasileira a uma coalizão política extremamente ampla e extraordinariamente coesa. Isso enquanto foi possível conjugar de forma positiva o feijão com os importados e os ganhos financeiros. E agora, na hora que Galbraith chamaria da "ressaca" desse experimento extremamente ousado, não se deve estranhar que o pânico dos investidores seja parceiro do desencanto dos consumidores, mas tampouco devem-nos espantar as dificuldades enfrentadas por seu produto mais original: fragmentação, descoordenação ou mesmo fraturas internas da coalizão política que foram sustentadas no Real.

Hoje quase todos já entenderam a chave do milagre e por isso alguns economistas, mesmo os mais esperançosos, reconhecem que, se a batalha da estabilização segue, o plano, do ponto de vista de sua estrutura lógica, "já acabou", "sofre de fadiga" ou simplesmente "precisa ser reformulado". Graças a Deus os jovens que o conceberam não sentiram nenhuma necessidade de suicidar-se, nem mesmo de retratar-se. Mas no plano estrito da política econômica foram obrigados a abdicar de sua obra: ao ruir sua peça mestra, reagiram ao pânico dos investidores subindo a taxa de juros; ao desequilíbrio comercial e à reclamação dos exportadores, desvalorizando o dólar; e frente ao comportamento "insaciável" dos consumidores foram obrigados a um recuo tático na política de abertura comercial e induzirão brevemente uma recessão. Por outro lado, ainda quando divirjam internamente, entre o caminho da desvalorização cambial e o da recessão pura e simples, todos reconhecem a impossibilidade de manter a mesma estratégia, apoiados exclusivamente no manejo de uma taxa de juros que, pelos seus níveis, vai perdendo qualquer eficácia como instrumento de política econômica. E por mais que insistam, corretamente do ponto de vista do interesse brasileiro, em dissociar o Brasil do "risco América Latina", percebem pelos números que estão perden-

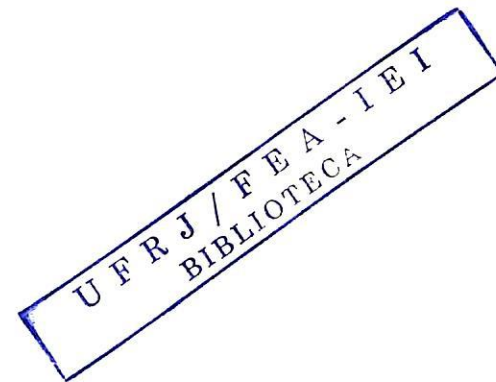
do a batalha das expectativas junto aos agentes econômicos internos e externos. O impacto da inacabada crise mexicana e de suas seqüelas foram muito poderosos. Na medida em que a expectativas pessimistas seguem-se reações reticentes ou defensivas, a tendência (ainda que não seja obrigatória) é de que aumente a distância entre o comportamento dos agentes e as intenções da autoridade econômica. Como conseqüência, as iniciativas dessa autoridade se mostrarão cada vez mais ineficientes, sobretudo quando se proponham objetivos coercitivos. Por isso alguns temem, e de fato não está afastada a hipótese, de que pelo caminho da reindexação informal, acabe ocorrendo um novo descontrole inflacionário. Frente a isto, como a estratégia econômica segue sendo essencialmente a mesma, só resta ao governo a batalha de Sísifo para recompor, a cada momento, sua credibilidade econômica externa, assegurando horizontes estáveis aos analistas de risco internacionais. Com isso o governo espera poder fazer voltar os fluxos internacionais de capitais de qualquer tipo (como indicam suas apostas nas altas taxas de juros e no esforço que vem fazendo para reanimar as bolsas através de sucessivos anúncios sobre privatizações) ainda quando preferisse, como é óbvio, que fossem de natureza não especulativa. O problema essencial é que talvez não haja outra alternativa para esse governo, dentro da estratégia econômica e política que construiu a partir do Real, senão seguir a sugestão de Camdessus: avançar e avançar na mesma direção apostando que as coisas se recomporão por si mesmas. É nesse contexto que deve ser entendido o recado recentemente enviado à imprensa por Dornbush: sem uma "privatização selvagem" ficaria apenas para a imprensa o esforço de relações públicas que o presidente desenvolveu de forma tão competente em sua recente visita aos EUA.

É dentro desta opção de aprofundamento da mesma aposta, apesar do pessimismo em alta que detectam algumas pesquisas sobre a opinião de empresários e da população em geral, que deve ser compreendida a volta da preo-

cupação com a política ao argumento dos economistas e da imprensa em geral, ainda uma vez como sendo a responsável pelo que possa vir a acontecer com as reformas capazes de salvar o Real. Nessa linha, a nova fantasia passou a girar em torno dos efeitos imediatos e benéficos das reformas constitucionais. E o novo fantasma voltou a ser a demora ou uma eventual oposição de um Congresso Nacional tomado pelo "corporativismo" e pelo "fisiologismo". Nada disto, entretanto, é novo, nem pode estar surpreendendo os formuladores da engenharia política que acompanhou ao Real. O problema, de fato, está noutro lugar: na desmontagem precoce da fantasia coletiva e na necessidade, mais cedo que se esperava, de atribuir às reformas, virtudes que elas de fato não possuem. O Congresso tem sido agilíssimo e em geral tem dado apoio entusiástico às idéias do governo. Mal e mal está presidido e liderado pelos principais aliados da coalizão governamental e pelos seus mais entusiastas defensores das reformas constitucionais. O que passa é que, seja pelo tempo indispensável ao seu tratamento pelo Legislativo, seja pelo tempo legal de sua regulamentação ou implementação (no caso de algumas privatizações), ou seja finalmente porque os investidores já sabem que elas não foram suficientes para dar "governabilidade" ao México, fica muito difícil convencer a população (por melhor que sejam os comunicadores) de que estas reformas tenham algo a contribuir de imediato para conter a inflação ou mesmo diminuir o déficit público. É que toda esta imensa tempestade em copo de água tem muito mais a ver com o jogo de sombras em que se transformou o mundo das expectativas econômicas, e com a tentativa de condicionar a decisão imediata dos investidores com relação aos recursos que apostaram no Brasil durante os seis meses de euforia encerrados com a crise mexicana.

No essencial e do ponto de vista dos cenários econômicos imediatos, as reformas têm muito pouco para oferecer, além de imobilizarem politicamente um governo que delega ao Congresso a responsabilidade de decidir sua própria viabilidade. Mais importante do que isto deverá, ser no

mês de maio e junho, o debate da desindexação em plena aceleração inflacionária. Mas no longo prazo o que mais deve preocupar-nos é a hipótese de que todas as reformas sejam devidamente aprovadas e aplaudidas e apesar disto e dos negócios que se viabilizem, nada aconteça de novo além de uma recessão prolongada. Sem que esteja excluída a hipótese de que venha acompanhada de inflação. Seria uma nova e irremediável frustração coletiva. E nesse caso, com o passar dos anos, ainda quando não fosse difícil explicar aos nossos netos o parentesco entre uma flor e uma moeda, ou mesmo entre uma tulipa e um presidente da república, ficaria muito mais difícil explicar a relação que um dia se acreditou haver entre a estabilidade da moeda e as reformas.



QUE HORAS SÃO?*
(6 MESES DO GOVERNO FHC)

1. Alguns estrategos ou idealizadores do governo FHC anunciaram na primeira hora do novo governo que ele se moveria durante os próximos quatro anos, como um pêndulo, apontando ora para a direita, ora para a esquerda, apoiando-se, em cada um destes momentos, numa "geometria variável" de forças que poderia incluir desde o PPR até o PT sem maiores discriminações. Pois bem, suponhamos que isto fosse possível, no mundo real dos interesses e da política, e até que as coisas pudessem vir a ocorrer desta maneira. O que no momento é certo e rigorosamente indiscutível é que, se existisse este pêndulo, ele esteve apontando ferozmente para a direita, durante os primeiros seis meses do governo Cardoso. Não apenas pelo rigor "canônico", pressa e irresponsabilidade estratégica com que levou a frente, na forma de um rolo compressor, um programa extremamente complexo de reformas institucionais, como se elas constituíssem um 'pacote' de políticas e decisões homogêneas e autoevidentes como crêem e propõem todos os receituários ultraliberais; mas sobretudo pela maneira com que descartou todas as promessas eleitorais que poderiam ainda caracterizá-lo como um governo sócio-liberal, af incluindo-se seu absoluto desca-so real com as políticas sociais, visível no desespero de seu ministro da saúde, no destino que foi dado, na prática, ao seu Fundo de Emergência Social e na pobreza de recursos de seu programa "Comunidade Solidária". Não podendo esquecer-se, no rol dos créditos direitistas deste início de governo, a forma com que PSDB e PFL, seus dois principais partidos de sustentação, levam a frente seus projetos de "modernização política" do país ampliando, de imediato, suas bancadas parlamentares, pela via da cooptação fisiológica, absolutamente explícita, dos parlamentares eleitos por outras legen-

* Publicado na Revista Democracia do IBASE nº 11 de julho de 1995.

das e programas. Não podendo esquecer-se, mais recentemente, a forma autoritária e prepotente com que enfrentou a greve dos petroleiros, sobretudo quando se tem em conta a subserviência que tem demonstrado nas relações com o núcleo duro da direita mais tradicional, seja na versão ridiculamente *dandi*, ou mais sobriamente truculenta do "moderníssimo liberalismo" baiano, que parece haver sido finalmente descoberto e devidamente valorizado por alguns intelectuais de sofisticada formação "social-democrata".

2. Para os estrategos ou teóricos do pêndulo, entretanto, nada disto é muito surpreendente ou irreversível. Pelo contrário, o que se deve esperar, segundo eles, é que depois desta "hora" de rigoroso direitismo, o governo comece a mover-se na direção de uma nova geometria de forças apoiada num eixo mais à esquerda. Alguns até já antevêm esta nova etapa e seu líder: seria a hora "protecionista" do ministro José Serra. O problema, em primeiro lugar, é que, até aqui pelo menos, por decisão ou imposição, as novas diretrizes comerciais do governo não alcançam nem de longe a estatura de uma política industrial capaz de redirecionar a estratégia em curso de ajustamento "passivo" ou "liberal" ao desafio da globalização econômica. Em segundo lugar, a lógica do plano de estabilização, esta sim, vai impondo seus desdobramentos de forma implacável, deixando pouco espaço para que o governo afaste-se da rigorosa consistência direitista que apresentou neste primeiro semestre. Durante esses primeiros seis meses a agenda do governo esteve ocupada quase integralmente pela administração dos efeitos brasileiros da crise mexicana e pelo lento e sempre negado esgotamento do Plano Real. Sua opção direitista ficou caracterizada pela forma com que respondeu a estes desafios.

Com relação ao estrondoso fracasso mexicano, o governo FHC, depois de um período de indecisão, optou pela "leitura" BIRD/FMI, considerando que nada de mais aconteceu, e o que ocorreu foi produto de falhas circunstanciais e locais. Portanto, segue em pé e perfeitamente válida a estra-

tégia ultraliberal, como ficou reafirmado nas recentes reuniões do Banco Mundial, realizada no Brasil, e do Grupo dos 7, realizada em Halifax, no Canadá. Apoiado nesta interpretação, o governo FHC tentou desconhecer que os problemas que vem enfrentando o seu Plano Real estão diretamente associados à estratégia que o formou, rigorosamente idêntica à do governo Salinas Gotari, apostando suas fichas na maior "credibilidade" das autoridades e mercados brasileiros. Feita esta opção, só lhe restou a batalha de Sísifo para recompor a cada momento sua credibilidade externa. É dentro dessa opção de aprofundamento da mesma aposta, apesar do pessimismo em alta que detectam algumas pesquisas sobre a opinião de empresários e da população em geral, que deve ser compreendida a fúria com o governo dedicou-se a aprovar o seu pacote de reformas constitucionais, uma tentativa atabalhoada de recompor expectativas desfazendo-se, por um passe de mágica, do chamado "efeito tequila".

3. Esta dificuldade, entretanto, tende a assumir uma complexidade crescente. E isto a despeito de que o Congresso Nacional venha se mostrando agilíssimo e tenha dado, até aqui, um apoio entusiástico às propostas do governo. O congresso está presidido e liderado pelos principais aliados da coalizão governamental e defensores inflamados das reformas constitucionais, desde muito antes de FHC. A dificuldade, portanto, não é "política", como crêem alguns, e o que passa, e todos vão percebendo, é que, seja pelo *timing* de regulamentação ou implementação (no caso de algumas privatizações), ou seja finalmente porque os investidores já sabem que elas não foram suficientes para dar "governabilidade" ao México, fica muito difícil convencer a população (por melhor que sejam os comunicadores), mas sobretudo aos "analistas de risco", de que estas reformas tenham algo a contribuir de imediato para conter a inflação ou mesmo fortalecer de vez as contas públicas. Sejamos claros: toda esta imensa tempestade em copo d'água (a dramatização da aprovação pré-anunciada das reformas constitucionais, co-

nhecidas e já experimentadas quase *urbe et orbis* esteve diretamente vinculada ao jogo de sombras em que se transformou o mundo das expectativas econômicas, e à tentativa governamental de condicionar a decisão imediata dos investidores com relação aos recursos que apostaram no Brasil durante os seis meses de euforia encerrados com a crise mexicana. Se isto funcionará ou não dependerá, entretanto, de outros fatores ligados mais imediata e diretamente ao aumento da inconsistência da política macroeconômica do governo, mais visível na expansão do déficit comercial, no nível das taxas de juros e na escalada da dívida pública. Na verdade já não há quem não reconheça, mesmo entre os economistas mais esperançosos, que se a batalha da estabilização segue, o Plano, do ponto de vista de sua estrutura lógica, "já acabou", "sofre de fadiga" ou simplesmente "precisa ser reformulado". Os jovens "geniais" que o conceberam já se retiraram quase todos para a sombra do setor público ou mais diretamente para o setor financeiro privado. Enquanto o governo, usando variados artifícios para não retratar-se, mantém a mesma retórica mas vai lentamente alternando sua política econômica retirando paulatinamente os alicerces de sua grande obra. Assim, ao erodir a confiança em sua âncora cambial, reagiu ao pânico dos investidores subindo a taxa de juros; ao desequilíbrio comercial e à reclamação dos exportadores, desvalorizando o dólar; e frente ao comportamento "insaciável" dos consumidores foi obrigado a um recuo tático na política de abertura comercial e está induzindo a uma pesada recessão. Por outro lado, ainda quando existam divergências internas dentro do governo, entre o caminho da desvalorização cambial e o da recessão pura e simples, todos reconhecem a impossibilidade de manter a mesma estratégia, apoiados exclusivamente no manejo de uma taxa de juros que pelos, seus níveis, vai perdendo qualquer eficácia como instrumento de política econômica. E por mais que o governo insista, corretamente do ponto de vista do interesse brasileiro, em dissociar o Brasil do "risco América Latina", o que os números indicam é que para os investidores este

continente é mais integrado do que para seus próprios habitantes.

O grave problema, entretanto, que se coloca no caminho do governo é que ele não dispõe de nenhum instrumento próprio e eficaz para assegurar-se de que poderá ter algum êxito seguindo, como o está fazendo, a incisiva sugestão de Camdessus, presidente do FMI, de que o único caminho possível é manter a fé nos mercados e seguir avançando na mesma direção seguro de que as coisas se recomponham com o tempo e por si mesmas. E é nesta mesma direção que aponta o recado enviado recentemente, à imprensa, pelo influente economista Rudiger Dornbush: sem uma "privatização selvagem", ficará apenas para a memória fotográfica o esforço de relações públicas que o presidente FHC desenvolveu, de forma tão competente, em suas recentes visitas aos EUA e à Inglaterra.

4. Pois bem, se este foi o enredo de direito do primeiro semestre do governo FHC, o que se deve ou pode esperar como cenário político-econômico do segundo semestre? De uma coisa podemos ter certeza: a aprovação das reformas constitucionais não trará nada de novo, nem no plano real, nem no plano simbólico ou "excepcional". Mais importante do que isto deverá ser, a partir de agora, a batalha da desindexação a ser disputada em plena aceleração inflacionária. Mantendo o mesmo discurso de antes e sem fazer caso de que as suas pré-condições não se verificaram, o governo aproveitará o seu "sucesso" parlamentar com as reformas e com o revés que infringiu aos petroleiros para lançar um programa de desindexação, cuja face mais imediata está ligada aos salários, mas que tem ramificações muito mais amplas e profundas. O essencial é que esta proposta em vez de aparecer como uma consequência do sucesso da estabilização e como forma de consolidar os ganhos obtidos com o reordenamento da matriz de preços relativos do país, surge agora como um expediente, uma espécie de "fuga para frente" com vistas a ganhar tempo para um plano que vai

mal das pernas. Em vez de espelhar uma desaceleração da inflação, a desindexação vem para tentar impedi-la de acelerar-se - e de quebra, desafogar as contas do governo. E isto porque, com a queda prevista de arrecadação, devida ao aperto recessivo que está se iniciando; com o aumento dos custos devido às taxas de juros "escorchantes" que vêm sendo praticadas; e finalmente aos "custos" das vitórias parlamentares do governo, o movimento para desindexar a economia tornou-se uma necessidade imperiosa do caixa do próprio governo. Quem pagará a conta antes dos demais serão os funcionários públicos, e logo depois, todos os trabalhadores assalariados.

Nesta direção não é improvável que no segundo semestre, apesar de que todas as reformas já tenham sido devidamente aprovadas e sacramentadas, nada ocorra de mais positivo do que alguns "ótimos negócios" - que não envolverão mais do que uns vinte a vinte e cinco "barões ladrões" nacionais - além de uma estagnação prolongada, sem que esteja excluída a hipótese de que venha acompanhada de inflação. Se isto ocorrer será certamente uma nova e irremediável frustração coletiva. E aqueles que apostaram que agora seria a hora da esquerda terão que ficar esperando que o pêndulo se descole da geometria variável desenhada pelos compromissos do governo com a estratégia econômica em curso e com as suas forças políticas de sustentação. Talvez isto possa ocorrer, pelo menos no plano da retórica, sob efeito das eleições de 1996 quando, como forma de responder ao descontentamento popular e estabilizar a nova hegemonia de centro-direita, deverá testar-se pela primeira vez o que poderíamos antecipar como um modelo de tipo "italo-norteamericano": a combinação da alternância confiável a nível central com uma radicalização e esquerdização progressiva da linguagem e dos governos locais. Seria a hora e a vez do pêndulo político de FHC adernar levemente à esquerda aproveitando-se do "estado de indiferença ideológica" que caracteriza, segundo os principais teóricos tucanos, a nossa modernidade baiana.

EM BUSCA DO DISSENSO PERDIDO*

1. Foi nos anos noventa deste "curto século vinte" de Hobsbawn que a língua inglesa redefiniu pela quarta vez - depois da Segunda Guerra Mundial - a fatia mais moderna da América Latina. Primeiro foram as academias que, apoiadas nas expectativas otimistas das novas teorias do desenvolvimento, classificaram o continente de forma genérica, na categoria dos *developing countries*. Depois foram as organizações internacionais que reclassificaram, sobretudo o Brasil e o México, - os dois países latino-americanos que responderam com sucesso à verdadeira crise do modelo de substituição de importações ocorrida nos anos sessenta - na categoria dos *new industrialized countries*. Nos anos oitenta, durante a longa e penosa renegociação da dívida externa que dizimou a economia continental, os bancos credores transformaram-nos, através da imprensa, em um conjunto de *debts countries*. Mas foi na primeira metade dos anos noventa que as bolsas de valores eliminaram do 'nosso conceito' a idéia de país, ao incluir a fatia bem comportada do continente no distinguido grupo mundial dos *emerging markets*.

Essa última redefinição inglesa de nossa identidade ocorreu na mesma época em que, segundo o Financial Times, uma **revolução intelectual**, ocorrida no continente latino-americano, permitira aos economistas locais vencerem as tradicionais resistências dos "populistas" e dos "*rent-seeking*" e conceber uma **nova safra de planos de estabilização** cujo sucesso imediato teria resultado da combinação eficaz de algum tipo de âncora cambial e de uma rigorosa política fiscal e monetária com a implementação simultânea do conhecido tripé do reformismo liberal: desregulação, abertura econômica e privatizações. Como nesse caso, ao contrário das experiências anteriores, a rápida desaceleração das

* Publicado no Caderno Mais da F.S.P dia 3/10/95.

taxas de inflação viesse acompanhada do crescimento do consumo e do produto interno, voltou-se a falar, em todo o continente, num novo 'milagre econômico'. De imediato generalizou-se a convicção de que fora este milagre que elevara a América Latina à categoria de mercado emergente, revertendo o curso até então desfavorável do fluxo internacional dos capitais. Hipótese aparentemente confirmada pelo fato de que a afluência líquida de capital para a América Latina, que chegara a algo próximo a 6% do seu PIB em 1981 - e reduzira-se a algo próximo a 0 % entre 1983 e 1990 - voltou a ser de 4% em 1991 e 6% do seu PIB total em 1993 e 1994. Sendo que no caso considerado mais bem sucedido do novo milagre, este ingresso de capitais chegou a mais de 8% do PIB, logo antes que o México fosse aceito como membro da OCDE e do NAFTA .

Essa é hoje, indiscutivelmente, a visão dos fatos hegemônica nos meios acadêmicos latino-americanos. E sua repetição incessante, através dos meios de comunicação de massas, a transformou em parte indissociável do senso-comum retratado pelos estudos de opinião pública. Uma convicção tão generalizada, até recentemente, que esvaziou o debate político-partidário, dizimando as oposições e criando a impressão da existência de um consenso sem precedentes. Uma "revolução intelectual" que avança sustentada na idéia de que "não existe outra alternativa" e na evidência aparente de que o novo milagre tem ocorrido de forma idêntica em vários países a despeito de que suas economias e seus governos sejam completamente diferentes entre si. Como se nós estivessemos assistindo na América Latina a definitiva comprovação de uma 'verdade econômica' capaz de derrotar a 'irracionalidade político-ideológica' e diluir a importância das especificidades histórico-institucionais de cada país, comprovando, ao mesmo tempo, a eficácia das 'novas idéias' que Paul Krugman sintetizou, recentemente, numa fórmula muito feliz: *"one may roughly summarize this consensus, at least as it influenced the beliefs of markets and governments. It is the belief that Victorian virtue in economic*

policy - free markets and sound money - is the key to economic development." (1995 pg 29).

2. Não é improvável, entretanto, que muito em breve esta história venha a ser recontada de outra forma, sobretudo depois que estas certezas começaram a ser questionadas por conta da inesperada crise financeira mexicana. De repente tudo ficou um pouco menos simples quando, em poucas horas, se desfez o prestígio intelectual e moral dos *technopols* mexicanos e seus festejados dirigentes foram jogados no exílio ou no esquecimento. Mas ao mesmo tempo, ao explicitar-se a importância da nova política monetária restritiva adotada pelos Estados Unidos no início de 1994 no desencadeamento da crise, pôde-se também compreender o papel estratégico que a política monetária anterior havia tido para a construção do sucesso econômico mexicano dos anos 90-94. Surgia ali a primeira sombra de dúvida capaz de ameaçar o consenso estabelecido sobre a natureza dos novos milagres. Começava a ficar mais visível qual fora o papel do próprio consenso na reprodução fictícia do milagre, de maneira que até um economista liberal e fiel ao *mainstream*, como Paul Krugman pôde afirmar, depois do México que sem constrangimento, *"the five-year reign of the Washington consensus may usefully be thought of as a sort of speculative bubble"* e concluir de forma ainda mais dura que: *"trade liberalization and other moves to free up markets are almost surely good things, but the idea that they will generate growth takeoff represents a hope rather than a well-founded expectation"*, e portanto *"the important point about these arguments for large gains from trade liberalization, however, is that they are fairly speculative; one cannot say as a matter of principle that these effects of protection discourage growth. It is an empirical question"* (idem p. 32 e 35

Esta nova visão do "sucesso" latino-americano, entretanto, permanece ainda ofuscada pela força aplastante dos governos e dos meios de comunicação de massa que se-

quem praticando ou publicitando o *conventional wisdom of the moment* de que nos fala Krugman. E por isto nos meios intelectuais ou acadêmicos seguem ainda sem resposta as perguntas sobre a surpreendente **universalidade** do milagre e sobre suas íntimas relações com o desaparecimento do **dissenso** intelectual e político nos países em que ocorreu.

3. Como pode haver sido que num continente tão heterogêneo e desigual como a América Latina qualquer governo ou presidente da república tenha alcançado, nestes mesmos anos da década de noventa, de forma igualmente rápida e indolor, o mesmo tipo de sucesso macroeconômico, independentemente das diferenças estruturais entre seus países e das convicções político-ideológicas de seus dirigentes? Pois a verdade é que presidentes inteligentes ou medíocres, corruptos ou bem comportados, sustentados por partidos autoritários ou democráticos, apoiados em burocracias próprias ou em consultores internacionais, governando países produtores de cocaína, café ou automóveis, acabaram obtendo resultados muito parecidos, o que se constitui em algo absolutamente novo e extraordinário. Em todos os casos o sucesso inicial foi estrondoso e seguiu a mesma ordem cronológica: as altas taxas de inflação foram reduzidas rapidamente e isto foi obtido ao mesmo tempo em que se produzia um crescimento imediato e simultâneo da produção e do consumo. Nesta direção aliás, o exemplo mais interessante ou exótico talvez não seja o dos países mais conhecidos e comentados, mas o do sucesso obtido por um engenheiro japonês sem partido que conseguiu fazer a inflação peruana cair de 7650% ao ano em 1990 para 15% em 1994. No mesmo ano em que o produto interno bruto peruano cresceu 12,7% e o mesmo japonês reeleger-se por ampla maioria, depois de haver dado um golpe de estado e a despeito da catástrofe econômica e social que define a realidade nacional peruana. Um verdadeiro caso de vitória e felicidade macroeconômica em todos os sentidos da expressão! Aparentemente, o Peru também teria resolvido, como a Bolívia, o México, a Argentina e finalmente o próprio Brasil, a incóg-

nita ou "círculo quadrado" da estabilização com crescimento, acompanhado a um só tempo pela expansão do consumo, dos ganhos financeiros, dos votos e da miséria. Será tão difícil de explicar por que um continente que foi tão desigual na era desenvolvimentista ficou tão igual durante os anos noventa, de maneira que os recentes sucessos econômicos pudessem ser obra, indiferentemente, de um gângster como de um sociólogo ilustrado? Nem tanto, se não nos deixarmos cegar pela paixão ou pelos interesses.

4. O caminho para encontrar esta resposta começa por uma outra pergunta: se os novos planos de estabilização não contém em si mesmos nenhuma grande novidade repondo medidas que já foram experimentadas sem êxito em outras ocasiões, por que só agora obtiveram sucesso e não encontraram maiores resistências? Neste ponto, nada como seguir a insuspeita resposta de um diretor executivo do Banco Mundial: *"the fortunes of market reforms in Latin America came to be closely correlated to the ebb and flow of international portfolios. Despite their momentous consequences, such changes in the macroeconomic rules of the game are surprisingly simple to execute ... and above all, the success of these macroeconomic reforms in their initial dismantling stage was not dependent on the efficiency and commitment of the region's famously unreliable public bureaucracies. Thus, impressive results in aggregate statistics began to appear very quickly. One place where they appeared was on the computer screens of money managers in New York, London and Tokyo. Their screens showed countries that were rich in natural resource, bent on privatizing state-owned enterprises, welcoming foreign investors, and offering some of the highest interest rates in the world. Moreover, their currencies not only were freely convertible but grew stronger by the day as waves of foreign money poured in. Under these circumstances, it became easy to ignore the realities of the region and just follow the hype from companies selling Latin American securities and the*

media campaigns of governments boosting their international image" (Naim, 1995, p. 50 e 52).

Desglosando o argumento: o milagre econômico latino-americano deve quase tudo ao fato de que a nova tentativa de estabilização coincidiu com uma recessão mundial acompanhada da baixa das taxas de juros oferecidas pelos países centrais. Por isto Moises Naim considera que os verdadeiros autores do milagre foram os "computer screens of money managers" dos principais centros de decisão financeira do mundo. Foram eles que criaram o fenômeno dos "mercados emergentes" naqueles países periféricos que também desregularam seus mercados eliminando barreiras à entrada e saída instantânea dos investidores. Por isto, cresceu cinco vezes o volume de capitais que se deslocaram, desde 1990, para os mesmos lugares que um dia foram chamados de países devedores. E é exatamente por isto, também, que tudo ocorreu independentemente da base produtiva dos distintos países, ou do caráter e dos textos político-ideológicos recitados por seus governantes. Na verdade, esta foi a forma uma fatia da América Latina chegou à era da globalização - exclusivamente financeira - que se estende e multiplica de forma exponencial a partir de 1986, através das portas abertas em todo mundo pela desregulação dos mercados nacionais. E além disto, sobretudo depois que a elevação das taxas de juros internacionais começou a reverter estas tendências, ficou mais fácil entender como foi que os diferenciais de juros e a sobrevalorização fictícia das moedas locais viabilizaram uma estabilização rápida e indolor da moeda ao mesmo tempo em que aumentava o consumo e a produção, o verdadeiro segredo do desaparecimento das resistências e da aprovação entusiástica das *market friendly reforms*. Uma hierarquia de determinações rigorosamente inversa à do senso-comum dominante.

5. Também na América Latina, o episódio mexicano permitiu aos economistas menos ideologizados formarem uma consciência mais nítida de que as novas políticas de

estabilização, ancoradas e viabilizadas pelas peculiares circunstâncias que viveram os mercados financeiros internacionais durante este período, têm gerado - apesar do seu sucesso imediato do ponto de vista inflacionário - novas inconsistências macroeconômicas capazes de jogar pela janela em poucas horas todos os milagres dos últimos anos. De repente ficou mais visível, junto com a natureza predominantemente volátil e especulativa dos capitais que haviam afluído para o Continente, a insustentabilidade dos déficits comerciais gerados pela sobrevalorização das moedas locais, suportáveis apenas enquanto fossem compensados na conta de capitais. Mas esta compensação, por sua vez, tem sido responsável por uma crescente "inconsistência fiscal" provocada pelas altas taxas de juros e pela diminuição simultânea da arrecadação, assumida como condição da competitividade e do aumento das exportações. Constituindo-se, portanto, numa "aposta de alto risco continuar a depender de reformas que, genericamente desejáveis, não podem mais ter a reputação de que gozavam antes do episódio mexicano". Ficando claro a partir daí que se "as economias submetidas à nova safra de planos aumentaram enormemente seus vínculos, elas de forma alguma se fundiram com a economia internacional" (Castro, 1995, p. 13 e 19)

Mas se já há sinais, também na América Latina, de um certo desconforto intelectual com relação às certezas neoclássicas, como têm reagido, frente aos novos acontecimentos, os governos até aqui empenhados na mesma estratégia mexicana? Em primeiro lugar, no plano publicitário, reduzindo a crise a um fenômeno de "origem política" local e circunstancial. Em segundo lugar, no plano econômico, dobrando sua própria aposta na prolongação da bolha especulativa provocada pelo diferencial crescente entre os juros nacionais e internacionais. E em terceiro lugar, no plano 'psicossocial', assumindo que a permanência do movimento especulativo seguirá favorecendo a América Latina uma vez que as taxas de juros internacionais estão novamente em queda, e portanto o fundamental seguirá sendo sua capacidade de transmitir

a imagem de credibilidade dos seus mercados emergentes. E é aqui, nesta dimensão "psicossocial" da estratégia, que duas coisas assumem seu verdadeiro papel: as reformas constitucionais e a promoção ativa do consenso, transformado em peça essencial da publicidade de cada um dos países.

6. Para entender as reformas, há que separar, em primeiro lugar, o seu núcleo econômico e, em segundo lugar, distinguir e hierarquizar ali o que foi realmente decisivo: a desregulamentação dos mercados financeiros e a abertura comercial e bancária das economias. O restante - a quebra dos monopólios estatais e as privatizações - ocorreu depois dos sucessos iniciais e não tem conseguido estabilizar, nem de longe, uma situação de equilíbrio fiscal e tampouco deslanchar uma onda privada de investimentos produtivos. É por isso que se pode dizer que este segundo grupo de reformas (também chamadas de constitucionais) inscreve-se num outro campo, o das iniciativas destinadas a estabilizar as expectativas dos investidores convencendo-os da firme decisão privatista dos governantes. Todas elas buscam reforçar o movimento inicial dos capitais, difundindo uma imagem externa da confiabilidade e da solidez inabalável do que Edgard Boeninger, consultor do Banco Mundial, chamou de um *enabling economic environment* (1982): a certeza de que nem as novas regras econômicas, nem as decisões políticas liberalizantes serão alteradas. Como o que interessa aqui é assegurar os horizontes futuros dos investidores, é aqui também que assume enorme importância tática a difusão de uma imagem de consenso nacional. Por que? Porque ele suprime a idéia e a possibilidade de um sistema político-partidário competitivo onde a alternância no poder pudesse levantar dúvidas sobre a continuidade da nova estratégia. Nessa perspectiva é que se deve entender o fenômeno cada vez mais generalizado do "continuismo" e da "melancolia democrática" que reina nestes *emerging markets*.

Por isto, também, a mídia usa hoje, invariavelmente, uma linguagem eufórica e esconde os fatos menos

auspiciosos do ponto de vista dos investidores externos. E os próprios institutos de pesquisa, destinados a produzir e difundir os dados reais sobre a conjuntura, deixam de ser informantes confiáveis para participar deste esforço coletivo de **maquiagem nacional**. Como conseqüência, o que fora um consenso inicial e compreensível produzido pela euforia dos primeiros resultados, vai sendo substituído por um trabalho de eliminação ativa e consciente - pela via do cerceamento ou distorção das informações - de toda a possibilidade de oposição. Nesse quadro, o próprio dissenso, essencial à vida democrática, acaba sendo desqualificado como "catastrofismo" e vai se transformando, nesta guerra de sombras e expectativas entre países e regiões, numa espécie de moderníssimo crime de "lesa-pátria". Foi esta nova realidade que transformou, aliás, os presidentes desses países numa espécie de caixeiros-viajantes que passeiam seu sorriso otimista pelo mundo tentando vender a "credibilidade" de suas próprias economias, numa disputa milimétrica pela confiança dos "analistas de risco". Neste mundo imaginário ocupam lugar decisivo as reuniões internacionais onde se vai construindo uma espécie de "castelo de cartas" feito com números e citações de "especialistas", todos envolvidos no mesmo jogo, sem perceber, muitas vezes, que se trata de uma jogo de "soma-zero". De todas estas reuniões, a mais paradigmática talvez seja a que ocorre anualmente em Davos, em torno do World Economic Forum criado há vinte e cinco anos por Klaus Schwab. Ali investidores de todo tipo ouvem e analisam os textos e comportamentos dos presidentes e ministros checando a credibilidade destes novos vendedores ambulantes, como se estivessem numa imensa feira medieval.

7. Apesar de soar chocante, essa tem sido a única resposta dos governantes latino-americanos ameaçados pelos estilhaços mexicanos. Fora deste curto prazo e frente ao altíssimo "custo social" de sua aventura liberal estes mesmos governantes prometem - mais uma vez - o crescimento econômico, agora alavancado pela abertura e integração global dos seus mercados. E neste ponto desconhecem ou

desconsideram a gravidade que tem para sua estratégia a advertência de Paul Krugman: "the widespread belief that moving to free trade and free markets will produce a dramatic acceleration in a developing country's growth represents a leap of faith, rather than a conclusion on hard evidence" (idem p. 30 e 33).

8. Pois bem, se apesar de tudo, como se vê, não é difícil explicar o papel conservador e a função auto-propulsora deste consenso que vai sendo forjado pelos grandes "formadores de opinião", que congela a disputa partidária e tem dado lugar a parlamentos que atuam cada vez mais como um "rolo compressor" quase automático, como explicar, a atração fatal exercida por este mesmo senso-comum extremamente conservador sobre os intelectuais e partidos progressistas ou de esquerda? Não é uma tarefa fácil, mas existem algumas pistas. A primeira e mais óbvia tem a ver, é lógico, com a desorganização intelectual provocada pela desintegração da economia soviética e do seu espaço imperial. Em particular com seus efeitos mais diretos sobre o campo intelectual socialista, apesar de que seu impacto tenha afetado a totalidade dos sistemas político-partidários. O problema, entretanto, é que a crise do pensamento de esquerda já vinha de antes e já incluía, desde os anos sessenta, a decepção com o totalitarismo político e a rigidez econômica do modelo soviético. Desde então, longe da esfera mais ortodoxa, esta mesma crise dera lugar, sobretudo depois do fracasso dos movimentos guerrilheiros e das experiências de socialismo democrático chilena e francesa, a duas construções estratégicas cada vez mais afastadas entre si. A primeira delas, privilegiando o aprofundamento democrático, comparou, até certo ponto, a crítica da nova direita liberal ao intervencionismo burocrático dos estados que se gestaram a partir da crise dos anos trinta; fosse na forma das políticas keynesianas, dos welfares ou do desenvolvimentismo latino-americano, assumindo, a partir daí, uma posição cada vez mais anti-estatista. Enquanto a segunda delas, ainda quando consciente das dificuldades e distorções do estatismo preva-

lecente nas últimas décadas, seguiu defendendo o intervencionismo estatal mas teve dificuldades para redesenhar o que seria a nova forma do estado-estratego eficiente como os asiáticos, mas democrático e igualitário como os social-democratas europeus.

9. No Brasil, por exemplo, a soma da redemocratização e de um processo descoordenado de descentralização federativa com a crise financeira e política do estado desenvolvimentista desorientou ambas estratégias, na mesma hora em que o problema cada vez mais angustiante da hiperinflação aprisionava a maioria dos intelectuais no debate conjuntural da estabilização. Neste contexto, os poucos que ainda tentaram repensar teoricamente o processo mais global da crise foram cada vez menos lidos perdendo-se nas gavetas os trabalhos que buscavam na análise da internacionalização capitalista ou da crise estrutural do estado, os novos conceitos capazes de reorientar a estratégia do campo socialista. Não é estranha, assim, a facilidade com que os argumentos mais simplistas e liberais sobre o processo de globalização e a crise do estado foram absorvidos e repetidos por uma intelectualidade cada vez mais convencida da inevitabilidade do consenso de Williamson. Nem tampouco a rapidez e eficácia com que ocuparam lugar nas discussões do dia a dia isolando as escassas vozes dissonantes.

A primeira Falácia é a que parte da identificação da esquerda com a idéia indiscriminada da reforma e conclui que hoje os conservadores são os que se opõem ao mudancismo liberal. Na verdade, nem toda reforma é necessariamente de esquerda, nem a preservação das conquistas democráticas ou igualitárias, obra em geral da velha social-democracia, é uma posição conservadora. O fundamental aqui, para desfazer essa falácia, é definir com precisão o que se está reformando ou desconstruindo e o que está sendo preservado. Deve ficar claro, desde o início, que nem a proposta geral de reforma do estado desenvolvimentista, nem a defesa ou não de alguns de seus aspectos mais técnicos

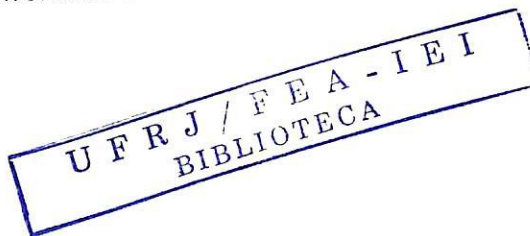
diferenciam hoje a esquerda da direita. Além disto, o confronto entre o protecionismo e o livre-cambismo nunca foi uma linha estática de demarcação de posições. Pelo contrário, o capitalismo e seu empresariado souberam conviver de forma inteligente, oportuna e indiferente com estas duas estratégias econômicas, dependendo do momento e da situação global de cada país. O fundamental que se deve relembrar aqui é que foi a direita econômica e política que construiu e usufruiu o estado desenvolvimentista; e que, neste sentido, as atuais reformas liberais são basicamente conservadoras porque alteram a forma mas preservam a essência do que sempre foi criticado pela esquerda no estado/estratégia desenvolvimentista latino-americano: seu padrão de financiamento externo; sua base sócio-política direitista e autoritária de sustentação; seu uso oligárquico na proteção indébita de interesses privados; e, finalmente, sua estratégia de crescimento invariavelmente excludente do ponto de vista social. Conhecida a história deste continente, só o cinismo de nossas elites conservadoras pode sustentar que a defesa de algumas conquistas sociais, só muito recentemente logradas pelos excluídos destes países, possa ser acusada de conservadora ou mesmo reacionária. O mesmo devendo dizer-se da confusão intencional que muitos fazem entre a defesa de um núcleo estratégico estatal capaz de proteger a homogeneidade nacional frente ao efeito desintegrador da mercantilização desenfreada e o que seja apenas mais uma forma de proteção dos mesmos interesses que sempre se escudaram no estado desenvolvimentista e agora se beneficiarão com seu haraquiri.

A segunda falácia parte de uma estranha versão do velho materialismo vulgar e identifica o progresso com o avanço material do capitalismo ou com a promoção ativa da **lógica do capital** que, neste momento, aponta para as estruturas globais de oferta e competição e para a integração mundial dos mercados financeiros. Por isso, segundo os defensores desta falácia, na conjuntura histórica atual, o progressismo passaria pelas reformas ou políticas que acele-

rem a integração de cada país - independente de sua especificidade institucional, estrutural e produtiva - neste movimento visto como amplo, homogêneo e necessariamente positivo. Um argumento que descolado da velha crença em que o desenvolvimento completo das forças produtivas capitalistas era uma condição indispensável para o salto ao socialismo, transforma-se em mais uma racionalização da tese da "única via possível" em que vêm se sustentando a direitização intelectual do continente e o desaparecimento progressivo do dissenso de nossos cenários políticos e intelectuais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- KRUGMAN, P. Dutch Tulips and Emergin Markets. *Foreign Affairs*, July/August, p. 28-45. 1995
- NAÍM, M. Latin America the Morning After. idem p. 45-62. 1995
- CASTRO, A. B. Estabilizar e Crescer o Paradoxo do Desajuste na Estabilidade, trabalho apresentado no VII Forum Nacional, INAE - Maio. 1995
- BOENINGER, E. Governance and Development: Issues and Constraints in *Procedings of the World Bank Annual Conference on Development Economic*, Washington. 1992



Últimos textos publicados

350. HERMANN, Jennifer. Sistema de Pagamentos, Endogeneidade da Moeda e Papel do Banco Central. Rio de Janeiro: UFRJ / IEI, 1995 (39 pág.)
349. SOTOMAYOR, Marilda. Mecanismos de admissão de candidatos à instituições; modelagem e análise à luz da teoria dos jogos. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1995 (47 pág.)
348. OLIVEIRA, Adilson de. Innovation and energy conservation: electric motors in Brazil. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1995 (44 pág.)
347. 347. POSSAS, Mario Luiz. Política antitruste: enfoque shumpeteriano. Rio de Janeiro: UFRJ / IEI, 1995. (40 pág.)
346. FAGUNDES, Jorge. Poder de compra do Estado e Competitividade; implicações para a política. Rio de Janeiro: UFRJ / IEI, 1995. (46 pág.)
345. VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck. Trabalho e proteção social: velhos problemas e novas estratégias no contexto brasileiro. Rio de Janeiro: UFRJ / IEI, 1995. (46 pág.)
344. CARVALHO, Fernando. Keynes's concepts of finance and funding, and the structure of the financial system. Rio de Janeiro: UFRJ / IEI, 1995. (33 pág.).
343. FIORI, José Luis. A globalização e a "novíssima dependência". Rio de Janeiro: UFRJ / IEI, 1995. (30 pág.).
342. PRADO, Luiz Carlos Delorme. A CEPAL e o conceito de regionalismo aberto. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1995. 21 pág.);
341. PRADO, Luiz Carlos Delorme. MERCOSUL como opção estratégica de integração: dilemas e perspectivas. Rio de Janeiro: UFRJ / IEI, 1995. (30 pág.).